

Por Martha Corazza

Entre os temas vitais para a estratégia dos fundos de pensão a longo prazo está a gestão de riscos integrada, um debate que ganha espaço crescente em busca de total sintonia entre as áreas de investimentos e de atuária, de modo que as entidades possam enfrentar com eficiência cada vez maior o desafio da precificação adequada de ativos e passivos, assim como a questão da solvência. O ponto focal está na capacidade de aperfeiçoar essa gestão integrada de maneira a respeitar as diferentes realidades dos planos de benefícios.

“Manter o foco no longo prazo é condição fundamental para o sucesso da gestão baseada em risco, alinhada ao modelo de supervisão baseada em risco”, lembra o membro da Comissão Técnica Nacional de Atuária da Abrapp, Guerino Pirollo Júnior. Nesse sentido, ele observa que o ambiente regulatório dos fundos de pensão tem evoluído para assegurar padrões mínimos de segurança econômica e financeira, a começar pelas regras da Lei Complementar 109. “Depois disso tivemos a edição de princípios, regras e práticas de governança, pela Resolução CGPC 13, e os guias de melhores práticas elaborados pela Previc, assim como a autorização para compartilhar riscos e a regulação relativa aos estudos técnicos de aderência, entre outros passos importantes”.

Nesse processo é fundamental a quebra do paradigma que resulta na integração da área de atuária com os profissionais de investimentos e de risco. “Cabe ao atuário tentar ser um profissional cada vez mais especializado em gestão financeira e não ter seu trabalho limitado a um único ambiente”, avalia Piollo.

Essa interação é vital para enfrentar as principais dificuldades da gestão de riscos vividas pelas EFPCs atualmente: cenário econômico com inflação elevada, o que pode comprometer o atingimento das metas atuariais dos fundos de pensão; a perspectiva de médio e longo prazos de queda dos juros e a maior longevidade da população e, finalmente, a insegurança que a conjuntura de instabilidade econômica produz nos participantes dos planos de benefícios.

Risco econômico constante - A proposta atualmente em discussão pelo sistema, que revê o conceito de solvência dos fundos de pensão levando em conta limites definidos pelo duration de cada plano, faz todo sentido e sua aprovação é a peça que falta para completar o avanço regulatório representado pela mudança no modelo de precificação de ativos e passivos, analisa o membro da CTN de Investimentos da Abrapp, Carlos Renato Salami. Ao definir esse ponto, o sistema dará um passo importante para equilibrar a equação composta por eficiência econômica e proficiência regulatória, um desafio fundamental para o sucesso da gestão integrada de ativos e passivos.

Ele lembra que o êxito da gestão de longo prazo passa necessariamente pelo gerenciamento de riscos econômicos e contábeis-regulatórios. As EFPCs estão expostas ao risco econômico de forma constante, uma vez que precisam capitalizar recursos de modo a atingir um retorno que garanta juro real mais a variação da inflação.

“Por sua necessidade de obter retornos reais além da inflação, os modelos de alocação de ativos dos fundos de pensão são muito sensíveis aos retornos esperados, mas é preciso lembrar que um portfolio de longo prazo difere fundamentalmente daquele de um investidor comum e uma abordagem de longo prazo deve considerar que os retornos reais se alteram ao longo do tempo”.

Fonte: [Abrapp](#), em 15.10.2015.